

ENCARTE ESPECIAL: CONGRESSO INDÍGENA

1º CONGRESSO INTERCULTURAL DA RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS DO MARAKÁ'NÀ

O 1º Congresso da Universidade Indígena Aldeia Maracanã surge da necessidade de se unificar a luta regional dos indígenas no Rio de Janeiro com a luta dos indígenas de todo o Brasil e Américas. O objetivo é costurar resoluções comuns e a criação de uma agenda efetiva de combate contra as ambições dos atuais governantes.

Para que o 1º Congresso da Universidade Indígena Aldeia Maracanã tome realmente existência e passe a trilhar o seu caminho em busca de liberdade e autonomia para os Povos Indígenas Brasileiros, Comunidades Tradicionais e população urbana brasileira, os movimentos sociais precisam se unir a construção deste espaço, previsto para acontecer na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A proposta é reunir cerca de 500 participantes, entre comunidades indígenas e tradicionais, do estado do Rio de Janeiro, de todo o Brasil e de outros países.

Este congresso será a chance de dialogar não só com os movimentos indígenas do Brasil como também uma abertura para a unificação do movimento indígena brasileiro junto aos outros movimentos. O objetivo é unificarmos a luta contra a política genocida e etnocida que afeta a todos: os indígenas, sem tetos, população de rua, anarquistas, sindicalistas e assim conseguirmos novamente fazer uma frente contra essa máquina capitalista, que apenas alimenta

caixas de campanhas e empreiteiras, tendo como desculpa a realização dos mega-eventos nas capitais e do desenvolvimento a qualquer preço, nas terras indígenas e no interior do Brasil.

Os temas centrais do congresso serão: 1) o retrocesso social no horizonte capitalista no Brasil e no mundo: defesa de direitos de minorias em contexto de Estado de exceção; 2) políticas de terras indígenas e tradicionais, agrária e fundiária (em geral), a Cosmologia dos Povos Tradicionais e os direitos da natureza: auto-defesa, organização, gestão, interação social e luta indígena hoje; e 3) a luta pela construção da primeira Universidade dos Povos Indígenas brasileira, a constituição participativa de seu Projeto Político-Pedagógico, como Embaixada dos Povos, das lutas, Indígenas.

Portanto, todos professores da os movimentos sociais e estudantes da UFRRJ, além dos movimentos sociais estão convidadas para construir o 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà. Para mais informações entrar em contato com a ADUR-RJ pelo endereço eletrônico: adurrij@adur-rj.



A decisão de retomar o território não é mero ato de pressão política, mas ação única, clara e concreta de garantir a sobrevivência enquanto grupo e ser vivo. É garantir a reprodução física e social do povos indígenas Terena e Guarani em Mato Grosso do Sul

VEJA NO VERSO

MATO GROSSO DO SUL: RESISTÊNCIA E LUTA POR TERRITÓRIOS

A questão indígena tem sido destaque nos jornais e TVs do Brasil e do mundo nos últimos anos. Temos observado **um levante cada vez mais forte e organizado** dos povos indígenas buscando o cumprimento dos direitos que lhes foram garantidos por lei. Quem acompanhou o evento Rio+20, no Rio de Janeiro, em 2012, deve se lembrar do momento simbólico deste levante durante a ocupação da sede do BNDES, no centro do Rio.

No Mato Grosso do Sul a situação não é diferente. **Os grupos majoritários, Guarani e Terena**, há séculos se deparam com sérios problemas, que levaram eles ao aniquilamento enquanto grupo étnico (Ferreira, 2007) e a uma perda significativa da autonomia indígena. O principal problema é o direito de acesso a terra que foi tirado dos povos indígenas durante o processo de colonização. A questão territorial, portanto, se coloca como a linha mestre dos inúmeros problemas subseqüentes das sociedades indígenas.

No entanto, após anos de luta, os indígenas no Brasil conquistaram o direito à autonomia e à reprodução enquanto povos etnicamente diferenciados (Constituição Federal de 1988). Para que esse direito fosse garantido, ficou a cargo do Estado brasileiro fazer a demarcação dos territórios indígenas tradicionais. Mas isso, na visão atual dos povos e movimentos indígenas, não passou de um belo projeto e uma forma de acalmar os ânimos daqueles que lutavam por seus direitos nas décadas anteriores à Magna Carta. **Exaustos dos longos anos de espera e de consecutivas mesas de diálogo**, e prevendo que o Estado não tem interesse e não irá demarcar as terras indígenas, os Guarani e Terena do

Mato Grosso do Sul veem como alternativa a retomada dos territórios tradicionais.

A decisão de retomar não é mero ato de pressão política, mas ação única, clara e concreta de garantir a sobrevivência enquanto grupo e ser vivo, ou seja, garantir a reprodução física e social. É a única forma encontrada para enfrentar os problemas sociais que afetam as suas comunidades: a desnutrição infantil, o suicídio de jovens, a perda de identidade étnico-religiosa, o desabastecimento alimentar, a falta de medicamentos e plantas medicinais, a dificuldade de transmissão de conhecimento, a sujeição ao trabalho assalariado, etc. Todavia, como por longos anos estes indígenas foram vistos sempre como "índios passivos", "aculturados" ou muitas vezes, "já civilizados", não seria novidade que uma "inversão de comportamento" causasse estranheza para uma sociedade elitista/colonialista. Por esse motivo, e **principalmente pelos atos de retomadas, os indígenas no estado de Mato Grosso do Sul** são hoje o centro das atenções. Aqueles que no passado foram exímios trabalhadores, excelentes agricultores/coletores e de "uma natureza dócil", são os mesmos que são tachados de "preguiçosos", "cachaceiros", "improdutivos" e "invasores de terras" nos dias de hoje. Isso é reflexo de uma sociedade que não se desenvolveu, mas que ficou presa a sua raiz colonialista/escravocrata de séculos passados. A discriminação contra os povos indígenas é a marca mais cruel da sociedade sul-matogrossense dos dias atuais.

Se isso não bastasse, a violência física é outro fator crítico. Lideranças indígenas são diariamente

ameaçadas de morte, ou mesmo assassinados. Não há segurança nem paz. Os chamados "jagunços" estão por toda a parte a mando de fazendeiros locais. Quando não parte dos proprietários rurais, as ameaças e assassinatos vêm do próprio Estado, através de suas forças policiais, da ação ou omissão (como foi o caso do Terena Oziel Gabriel, na aldeia Buriti). **Dezenas de lideranças indígenas foram assassinadas no Mato Grosso do Sul**, nos últimos anos, em nome de um modelo de "desenvolvimento", em que o único objeto de valor não é a vida humana, mas o capital. Neste modelo de "desenvolvimento" não há espaço para o papel social da terra, nem para o bem estar do povo, nem para a preservação do ambiente, nem mesmo há preocupação do homem com a continuidade de sua própria espécie. O que interessa é cumprir as ordens do capital, e isso se faz a qualquer custo.

Os problemas Guarani e Terena não se limitam só na questão do território, mas enfrentam ainda dificuldades nas áreas da saúde e educação. Sem terra suficiente para viver não há possibilidade de cura, nem de preparação de remédios. Sem terra suficiente não há transmissão de conhecimento. A alternativa é depender do serviço precário feito pelo Estado nestas áreas. Quem conhece sabe que a precariedade não atinge só comunidades indígenas, mas uma parcela significativa da população brasileira. Quando não se tem poder político e econômico, a reversão e a melhoria dos problemas sociais só podem se dão através da ação. E o palco principal para as conquistas são as ruas (ou o campo). A força dos Guarani e Terena está visível na união e no movimento organizado. E enquanto houver índio, haverá luta!